

GESTÃO PÚBLICA: AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA (UFDPar) A PARTIR DO USO DE KEY PERFORMANCE INDICATORS (KPIs)

PUBLIC MANAGEMENT: EVALUATION OF THE IMPLEMENTATION OF THE SUSTAINABLE LOGISTICS PLAN (PLS) AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF THE DELTA OF PARNAÍBA (UFDPar) THROUGH THE USE OF KEY PERFORMANCE INDICATORS (KPIs)

GESTIÓN PÚBLICA: EVALUACIÓN DE LA IMPLEMENTACIÓN DEL PLAN DE LOGÍSTICA SOSTENIBLE (PLS) EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DEL DELTA DEL PARNAÍBA (UFDPar) A PARTIR DEL USO DE INDICADORES CLAVE DE DESEMPEÑO (KPIs)

Giovanna Rodrigues Neves

Bacharel, Brasil

E-mail: rodriguesgiovanna2575@gmail.com

Mara Águida Porfírio

Doutora, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil.

E-mail: maraaquida@ufdpar.edu.br

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo examinar a utilização de Key Performance Indicators (KPIs), ou Indicadores-chave de Desempenho, na mensuração da adesão ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). O estudo busca analisar de que modo os KPIs contribuem para a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas pelo PLS na UFDPar, além de refletir sobre seu papel estratégico na administração pública. A metodologia adotada é qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de questionário semiestruturado a um grupo selecionado de Pró-Reitorias relacionadas às ações do PLS. Os resultados evidenciam que diversas ações previstas no PLS foram implementadas conforme o planejado, destacando-se especialmente aquelas relacionadas à gestão administrativa, à capacitação de servidores, à digitalização de documentos acadêmicos e à promoção da conscientização socioambiental. No entanto, algumas atividades apresentaram execução parcial ou não tiveram seu status de implementação disponível no momento da pesquisa. Espera-se que a aplicação sistemática dos KPIs fortaleça uma cultura organizacional comprometida com práticas sustentáveis, apesar de possíveis obstáculos, como resistência interna e limitações de recursos. Constatou-se que a adoção dos KPIs contribui de maneira relevante para o aprimoramento das políticas de sustentabilidade da UFDPar, fortalecendo a conscientização ambiental e consolidando a universidade como um agente significativo no desenvolvimento socioambiental regional.

Palavras-chave: PLS;KPIs;Gestão Pública; Sustentabilidade.

Abstract

This research aims to examine the use of Key Performance Indicators (KPIs) in measuring adherence to the Sustainable Logistics Plan (PLS) of the Federal University of the Delta do Parnaíba (UFDPAr). The study seeks to analyze how KPIs contribute to evaluating the fulfillment of the goals established by the PLS at UFDPAr, as well as to reflect on their strategic role in public administration. The adopted methodology is qualitative, exploratory, and descriptive, based on a literature review, document analysis, and the application of a semi-structured questionnaire to a selected group of Pro-Rectorships related to PLS actions. The results indicate that several actions outlined in the PLS were implemented as planned, particularly those related to administrative management, staff training, the digitalization of academic documents, and the promotion of socio-environmental awareness. However, some activities were only partially executed or did not have their implementation status available at the time of the research. It is expected that the systematic application of KPIs will strengthen an organizational culture committed to sustainable practices, despite possible obstacles such as internal resistance and resource limitations. It was found that the adoption of KPIs significantly contributes to the improvement of UFDPAr's sustainability policies, enhancing environmental awareness and consolidating the university as a relevant agent in regional socio-environmental development.

Keywords: PLS; KPIs; Public Administration; Sustainability.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo examinar la utilización de Indicadores Clave de Desempeño (KPIs) en la medición de la adhesión al Plan de Logística Sostenible (PLS) de la Universidad Federal del Delta del Parnaíba (UFDPAr). El estudio busca analizar de qué manera los KPIs contribuyen a la evaluación del cumplimiento de las metas establecidas por el PLS en la UFDPAr, así como reflexionar sobre su papel estratégico en la administración pública. La metodología adoptada es cualitativa, exploratoria y descriptiva, basada en revisión bibliográfica, análisis documental y aplicación de un cuestionario semiestructurado a un grupo seleccionado de Vicerreorías relacionadas con las acciones del PLS. Los resultados evidencian que diversas acciones previstas en el PLS fueron implementadas conforme a lo planificado, destacándose especialmente aquellas vinculadas a la gestión administrativa, la capacitación del personal, la digitalización de documentos académicos y la promoción de la concienciación socioambiental. No obstante, algunas actividades presentaron ejecución parcial o no contaban con información disponible sobre su estado de implementación en el momento de la investigación. Se espera que la aplicación sistemática de los KPIs fortalezca una cultura organizacional comprometida con prácticas sostenibles, a pesar de posibles obstáculos, como la resistencia interna y las limitaciones de recursos. Se constató que la adopción de los KPIs contribuye de manera significativa al perfeccionamiento de las políticas de sostenibilidad de la UFDPAr, fortaleciendo la conciencia ambiental y consolidando a la universidad como un agente relevante en el desarrollo socioambiental regional.

Palabras clave: PLS; KPIs; Gestión Pública; Sostenibilidad.

1. INTRODUÇÃO

A atuação do Estado é essencial para garantir o progresso eficiente de políticas públicas voltadas à sustentabilidade, destacando a proteção ambiental e o cumprimento das metas constitucionais, favorecendo um

desenvolvimento econômico alinhado à preservação dos recursos naturais (Roza et al, 2023). Portanto, torna-se indispensável que o poder público adote estratégias integradas e de longo prazo, capazes de assegurar a compatibilização entre crescimento econômico e conservação dos recursos naturais, promovendo uma gestão pública orientada pelos princípios da sustentabilidade.

Nesse viés, o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) configura-se como uma resposta proativa das instituições públicas, sendo instituído como uma ferramenta estratégica essencial para orientar a gestão ambiental, ao estabelecer metas e práticas sustentáveis em consonância com as políticas públicas vigentes (UFDFPar, PLS, 2024).

Essa característica evidencia o papel do PLS não apenas como um instrumento normativo, mas também como um mecanismo de transformação institucional, ao induzir mudanças organizacionais em prol da sustentabilidade. Logo, a aplicação de indicadores no contexto do PLS representa um avanço crucial a fim de fortalecer a efetividade das políticas ambientais e promover a concretização dos objetivos de sustentabilidade nas instituições públicas (Trevisan e Van Bellen, 2008)

Diante dos desafios relacionados ao cumprimento dos objetivos de sustentabilidade nas instituições públicas, formula-se a seguinte questão de pesquisa: De que maneira os KPIs podem subsidiar a análise da implementação das metas estabelecidas pelo PLS da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDFPar)? Para responder a essa indagação, este estudo propõe caracterizar e analisar os setores responsáveis pela execução do PLS, bem como as ações que se encontram sob sua jurisdição.

Nesse contexto, o foco central deste estudo consiste em analisar a aplicação de KPIs no monitoramento e controle das ações sustentáveis propostas pelo PLS na UFDFPar, avaliando seu potencial como ferramenta estratégica para a gestão institucional. Além disso, busca-se evidenciar a utilização dos KPIs como instrumento de avaliação, oferecendo subsídios para que os tomadores de decisão possam identificar a lacuna entre o desempenho real e o desejado no contexto do PLS (Caldonazo; Detto e Rosa, 2025) estimulando, assim, a realização

de futuros estudos na área.

Por conseguinte, a justificativa baseia-se na necessidade de consolidar a cultura da sustentabilidade no setor público, por meio da utilização sistemática de indicadores de desempenho para acompanhar e avaliar as ações voltadas à sustentabilidade. Tal abordagem contribui para o aprimoramento da gestão pública, promovendo transparência, eficiência e eficácia na concretização de políticas de sustentabilidade institucional.

Com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas anteriormente, foi utilizada uma abordagem exploratória, a fim de aprofundar a compreensão sobre temas específicos, bem como um enfoque descritivo, que permitiu a caracterização detalhada da realidade investigada. A pesquisa se baseou na utilização de fontes bibliográficas, documentais e na aplicação de questionário. Os resultados obtidos foram analisados com o propósito de contribuir para o avanço teórico e para o debate acadêmico relacionado à temática abordada.

O estudo está estruturado em cinco partes: inicia-se com uma introdução breve, prosseguindo, na segunda seção, com a exposição dos fundamentos teóricos essenciais. A terceira seção aborda os aspectos metodológicos empregados na pesquisa, enquanto a quarta dedica-se à análise e discussão dos resultados obtidos. Por último, na quinta seção, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 *Key Performance Indicator (KPI)*

Compreende-se o Key Performance Indicator (KPI), ou indicador-chave de desempenho, como um instrumento que permite coletar e interpretar informações referentes a uma determinada realidade. Tendo como principal característica a capacidade de reunir diversos dados e destacar apenas os aspectos mais relevantes da situação analisada. (Campos et al.,2008).

Dessa forma, este instrumento facilita a compreensão de fenômenos complexos e apoia a tomada de decisões em diversos contextos. Ademais, ao fornecer uma visão clara e objetiva, os indicadores são fundamentais para a monitorização e avaliação de processos, permitindo que se acompanhe o progresso de metas e objetivos de maneira eficiente e eficaz.

Nesse sentido, corroborando com os autores, foram sintetizadas características e propriedades consideradas fundamentais na construção dos KPIs: Adequação aos objetivos, controlabilidade, oportunidade e compreensibilidade.

À princípio uma característica crucial a ser considerada é o alinhamento dos indicadores aos objetivos estratégicos da organização. Quando os indicadores não são congruentes, podem levar o gestor a tomar decisões equivocadas, direcionando a instituição para caminhos que não favorecem seus objetivos de longo prazo (Nascimento et. al. 2011). Por exemplo, um indicador focado na redução imediata de custos operacionais pode parecer vantajoso a curto prazo, mas ao priorizar apenas essa métrica, corre-se o risco de comprometer a qualidade das infraestruturas acadêmicas ou o apoio aos alunos.

Outro ponto de destaque refere-se à controlabilidade dos indicadores, ou seja, eles devem ser passíveis de controle pelo gestor. A autonomia do gestor para influenciar e gerenciar o indicador contribui significativamente para sua capacidade de estimular a motivação. (Nascimento et. al. 2011). Quando um indicador não pode ser ajustado ou monitorado de maneira eficaz pelo responsável, ele se torna menos útil como ferramenta de gestão, já que não há espaço para tomar medidas corretivas ou melhorar o desempenho, o que compromete seu valor como motivador e orientador.

Em continuidade, os indicadores precisam ser oportunos e gerar resultados dentro de um prazo razoável para manter o engajamento dos gestores (Nascimento et. al. 2011 apud Merchant,2006). Se o retorno de um indicador ocorrer apenas após um período excessivamente longo, o efeito desejado não será alcançado, pois o gestor pode perder a motivação para trabalhar em direção a esse objetivo.

Por fim, os indicadores devem ser precisos, refletindo a exatidão e a clareza necessárias para uma avaliação eficaz (Nascimento et. al. 2011 apud Merchant,2006). Eles precisam ser facilmente compreendidos, de modo que os gestores possam entender o que está sendo medido e tomar decisões baseadas em informações claras. De forma complementar, é importante que esses indicadores apresentem uma relação positiva entre custo e benefício, ou seja, o

valor da medição deve superar o custo de sua implementação e monitoramento. Se os custos para coletar e analisar os dados forem elevados e os benefícios não justificarem esse investimento, o indicador perde sua utilidade.

Com base nas contribuições dos autores analisados, infere-se que a implantação de indicadores-chave de desempenho na gestão pública constitui um elemento fundamental para o aprimoramento da eficiência, da transparência e do monitoramento das metas institucionais. Tais indicadores favorecem uma gestão orientada para resultados, consolidando a cultura de melhoria contínua e contribuindo para a efetividade das políticas públicas.

2.2 KPIs na Gestão Pública

No setor público, faz-se necessário realizar o planejamento, a execução e o controle das ações, de modo a acompanhar o desenvolvimento dos serviços oferecidos à sociedade. A avaliação da gestão das instituições do Primeiro Setor é essencial, pois contribui para aprimorar a eficiência dos gastos governamentais e a qualidade administrativa (Ramos e Schabbach, 2012). Além disso, fortalece o controle social e amplia a eficácia do Estado, ao assegurar transparência e divulgar os resultados das políticas públicas.

Há dois enfoques principais para o uso de indicadores de gestão na administração pública. O primeiro está relacionado à perspectiva do gestor público, que passa a contar com instrumentos que facilitam o gerenciamento eficiente dos recursos, além de possibilitar uma prestação de contas mais transparente à sociedade (Grateron, 1999). O segundo enfoque refere-se à visão do cidadão e dos órgãos de controle, os quais passam a dispor de subsídios mais precisos para acompanhar, fiscalizar e avaliar o desempenho e os resultados alcançados pela gestão pública (Grateron, 1999).

Esses dois enfoques, ao evidenciarem tanto a perspectiva do gestor quanto a do cidadão, reforçam a importância de critérios bem definidos para a avaliação da gestão pública. Dessa forma, destacam-se três fatores fundamentais que devem ser considerados nesse processo: eficácia, eficiência e efetividade (Silva, 2020). Na administração pública, a eficiência pode ser definida como a gestão racional dos recursos disponíveis, contribuindo para elevar a qualidade dos serviços destinados à sociedade (Silva, 2019).

Quanto à eficácia, não há uma métrica objetiva e direta para mensurar a efetividade de uma solução desenvolvida. Em geral, sua avaliação ocorre com base na percepção dos usuários e na capacidade de contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais (Andrade, 2001). Já a efetividade pode ser compreendida como o nível em que uma organização atinge seus objetivos de forma equilibrada, sem comprometer seus recursos nem exigir esforço excessivo de seus membros (Fernandes, 2007).

Dessa forma, a definição de metas e objetivos estratégicos torna-se essencial para orientar a ação governamental e viabilizar a avaliação do desempenho institucional de forma eficiente. No Brasil, diferentes setores adotam indicadores específicos com o intuito de monitorar suas ações e promover otimizações nos serviços públicos.

No âmbito da saúde, o Ministério da Saúde utiliza os indicadores do programa Previne Brasil, que avaliam aspectos como consultas pré-natal, exames de HIV e sífilis, vacinação infantil e o acompanhamento de pacientes com hipertensão e diabetes (Brasil, 2019). Esses dados são organizados e acompanhados periodicamente por meio do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), com atualizações a cada quadrimestre (Brasil, 2022). No campo econômico, o Ministério da Fazenda disponibiliza os Painéis de Indicadores de Desempenho, que permitem avaliar a efetividade das políticas públicas executadas (Brasil, Ministério da Fazenda, s.d.).

Já na área educacional, o Ministério da Educação utiliza o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (Brasil, 2007), construído a partir dos dados do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), como principal ferramenta para mensuração da qualidade do ensino (Brasil, Ministério da Educação,). Destaca-se que o Portal de Indicadores visa apresentar, de forma clara e acessível, dados públicos do setor cultural por meio de painéis com gráficos e infográficos, baseados nas informações do portal de dados abertos da cultura (Brasil, 2010).

A utilização de indicadores na gestão pública ambiental das IES envolve uma dupla perspectiva avaliativa. Os indicadores quantitativos, como consumo de energia e taxa de reciclagem, fornecem dados concretos sobre o desempenho

operacional, enquanto os qualitativos, como o engajamento em práticas sustentáveis, refletem impactos intangíveis. Essa dualidade é característica dos sistemas de avaliação baseados em KPIs, que necessitam equilibrar a mensuração objetiva e a relevância estratégica. (Silveira e Bornia,2024).

Nesse sentido, observa-se que o uso de KPIs transcende a função meramente operacional e se consolida como instrumento essencial para a governança pública, ao oferecer subsídios qualificados para decisões mais eficazes, transparentes e alinhadas com os princípios da sustentabilidade e da melhoria contínua.

2.3 Plano de Logística Sustentável (PLS)

Tal como abordado na discussão “KPIs na Gestão Pública”, os setores públicos estão adotando os mecanismos de indicadores de desempenho, para tal um dos documentos que mais se espelha nessa necessidade é o PLS.

Conforme estabelecido pela Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, o Plano de Logística Sustentável (PLS) configura-se como uma ferramenta de governança, cuja finalidade é assegurar o cumprimento das metas nas aquisições públicas. Somado a isso, o PLS define estratégias relacionadas às contratações e à logística no âmbito de órgãos e entidades, levando em consideração os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais (UFDPAr, PLS, 2024).

Portanto, o intuito é promover uma gestão eficiente e ambientalmente responsável dos recursos institucionais, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade determinadas pelo governo federal e com a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Adicionalmente, é imprescindível garantir a acessibilidade pública às informações, de modo a assegurar a transparência na gestão dos recursos e nas contratações públicas, em conformidade com o artigo 5º da Lei nº 14133/2021.

O PLS, estruturado no Caderno de Logística: Plano Diretor De Logística Sustentável (2024), deve estar dividido em quatro fases: preparação (mobilização da equipe, definição de diretrizes e cronograma), elaboração (diagnóstico das práticas logísticas, identificação de problemas e proposição de ações), execução (realização e monitoramento das metas) e avaliação (análise dos resultados e

ajustes para os próximos ciclos).

Ademais o Art. 5º da Instrução Normativa nº 10, de 12 de Novembro De 2012, estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº. 7.746/2012 (Lei 8666/1993), estabelece que um PLS deve abranger, como requisitos mínimos, quatro tópicos fundamentais: A atualização do inventário, a definição de práticas sustentáveis, a especificação da metodologia adotada, a delimitação das responsabilidades e a avaliação do plano, além das estratégias de capacitação dos servidores e comunidade acadêmica.

Inicialmente, a atualização do inventário é essencial para identificar bens e materiais que apresentem menor impacto ambiental, possibilitando sua substituição por alternativas mais sustentáveis. Considerando o uso de bens e serviços que atendem às necessidades essenciais, promovendo uma qualidade de vida aprimorada, ao mesmo tempo em que reduzem o consumo de recursos naturais (Alencastro, Silva e Lopes, 2014).

Em seguida, é necessário definir práticas sustentáveis e eficientes no uso de materiais e serviços públicos, abrangendo aspectos como consumo de energia elétrica, materiais de consumo, água, coleta seletiva, transporte interno e promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho, aspectos fundamentais para a gestão pública voltada à sustentabilidade (UFDPAr, PLS, 2024).

Outrossim, a metodologia de implementação, as responsabilidades claramente definidas e os métodos de avaliação do plano garantem o aprimoramento contínuo e a rápida resolução de problemas. Considerando esse panorama, a aplicação de KPIs é essencial, pois possibilita avaliar a eficácia e a eficiência dos processos, identificar questões e oportunidades de aprimoramento, além de fundamentar decisões com base em dados concretos (De Oliveira e Dias, 2023)

De tal forma, a responsabilidade no setor público vai além da gestão financeira e orçamentária, abrangendo também a gestão dos processos, recursos, impactos e resultados. Isso envolve a aplicação eficiente e econômica dos recursos, a redução de desperdícios, a garantia da qualidade dos serviços e a satisfação das necessidades da população (Grateron, 1999). Nesse contexto, o

uso de KPIs torna-se essencial para monitorar e avaliar o desempenho das ações públicas, assegurando que as metas sejam alcançadas de maneira eficaz e sustentável (Oliveira e Libone, 2019).

2.4 Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

A Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) é uma instituição pública de ensino superior com sede em Parnaíba, Piauí, criada por meio da Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018, que formalizou seu desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A autonomia conquistada com a institucionalização da UFDPAr possibilitou à universidade construir uma identidade própria, voltada às singularidades econômicas, sociais e ambientais do território do Delta do Parnaíba, com ênfase em objetivos voltados à inclusão social, inovação e articulação com a comunidade (Brasil, 2021).

O comprometimento com a sustentabilidade vai além das operações internas da organização, estendendo-se também à sua rede de fornecedores e prestadores de serviços, com o objetivo de promover e incentivar condutas responsáveis e sustentáveis em todas as fases da cadeia logística (UFDPAr, PLS, 2024). Essa perspectiva amplia a responsabilidade institucional, reforçando a importância de práticas integradas que considerem os impactos ambientais e sociais decorrentes de suas atividades.

Considerando a crescente demanda por práticas administrativas sustentáveis no setor público, a UFDPAr aderiu ao PLS, instrumento normativo estabelecido inicialmente pela Instrução Normativa nº 10/2012 e reforçado pela Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021. O PLS constitui uma ferramenta de governança que orienta a implementação de ações sustentáveis de caráter ambiental, social e econômico nas instituições públicas federais, contribuindo para a consolidação de uma gestão mais responsável e eficiente.

Ao adotar esta ferramenta, a instituição consolida seu compromisso com uma gestão institucional que integra práticas sustentáveis às suas rotinas acadêmicas e administrativas. A incorporação dessas práticas não apenas reforça a missão institucional da UFDPAr, mas também contribui para a construção de uma cultura organizacional mais consciente e alinhada às necessidades socioambientais do território (PLS, 2024). Assim, a universidade se

posiciona estrategicamente como um agente transformador na região, conectando sua atuação acadêmica às diretrizes do PLS e fortalecendo a articulação entre planejamento, gestão e responsabilidade socioambiental.

3. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos deste estudo, adotou-se um caráter básico e uma abordagem exploratória, com o intuito de aprofundar a compreensão sobre determinados temas e contribuir para a formulação mais clara de questões a serem investigadas (Gil, 2008), assim como um enfoque descritivo, visando detalhar a realidade específica das metas e status das ações propostas no PLS, além de coletar dados pertinentes ao fenômeno estudado (Augusto et al., 2013). Para tanto, foram utilizadas fontes bibliográficas, documentais e aplicação de questionário.

A aplicação questionário contou com uma amostra não probabilística composta por gestores das Pró-Reitorias da UFDFPar: Administração, Planejamento, Prefeitura Universitária, Gestão de Pessoas, Ensino e Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, Tecnologia da Informação e Comunicação, Extensão, além da Biblioteca Central Professor Cândido Athayde. Esses setores foram escolhidos por estarem diretamente envolvidos na concretização das ações do Plano de Logística Sustentável (PLS).

O levantamento de dados teve como fonte o portal institucional da UFDFPar, consultando a seção da Reitoria para identificar as resoluções aprovadas pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em 2024, incluindo o PLS (Resolução CONSUNI nº 87/2024) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (Resolução CONSUNI nº 75/2024). Complementarmente, foram analisados os Planos de Desenvolvimento por Unidade (PDU) de 2023 a 2026 e o “Painel de Objetivos e Metas 2024”, na seção de Transparência e Prestação de Contas.

Inicialmente, realizou-se um levantamento documental das atividades previstas no PLS, seguido da aplicação de um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e objetivas, disponibilizado digitalmente via Google Forms, com autorizações formais. A participação na pesquisa e o preenchimento do questionário tiveram caráter estritamente discricionário, permitindo que os participantes respondessem de acordo com sua livre escolha, e tiveram função

complementar à análise documental, fornecendo informações adicionais sobre o cumprimento das metas, os desafios enfrentados e os impactos das ações.

A fim de reduzir possíveis desconfortos éticos ou sociais, o questionário foi elaborado cuidadosamente e submetido à avaliação prévia do Comitê de Ética em Pesquisa, assegurando sigilo, anonimato e flexibilidade para resposta, com envio do link por e-mail institucional ou aplicativos de mensagens.

Ao todo, foram identificadas 42 atividades previstas para execução entre 2024 e 2026. Para esta pesquisa, considerou-se o recorte temporal de 2024 a 2025, que representa 61,9% do total de atividades planejadas, correspondendo às 26 ações utilizadas como base para o mapeamento inicial.

O tratamento dos dados ocorreu em quatro etapas: (i) identificação dos setores responsáveis pela execução das ações do PLS; (ii) seleção das ações previstas para o período de setembro de 2024 a outubro de 2025; (iii) levantamento do status de execução das ações com base em relatórios oficiais, quadros de objetivos e metas, e demais documentos citados; e (iv) organização dos dados em quadros correlacionando as Pró-Reitorias às ações previstas. Cada quadro apresenta o número da atividade, seu objetivo, fórmula do KPI proposto pelo PLS e a situação atual de implantação, classificada em quatro categorias de cores: Verde (atividade executada conforme previsto), Vermelho (atividade não realizada, de acordo com o resultado do questionário*), Amarelo (atividade concluída parcialmente) e Laranja (status de execução não identificado). Em conformidade com o planejado no Plano de Logística Sustentável 2024 – 2026 (https://ufdpar.edu.br/reitoria/reitoria-1/documentos/resolucoes/resolucoes-consuni/2024/RESOLUOCONSUNIn87DE13DESETEMBRODE2024_PLSeFicha.pdf).

As ações foram classificadas com base nos indicadores propostos no PLS, alinhados ao recorte temporal definido no próprio plano: Conforme, Parcialmente Concluído, Status Não Identificado e Não Conforme. A partir dessa classificação, foram elaborados indicadores de desempenho (KPIs) com o objetivo de mensurar o nível de execução das ações previstas no PLS. O indicador de Atividades em Conformidade representa o percentual de ações executadas conforme o planejamento estabelecido; o indicador de Atividades Parcialmente Concluídas

refere-se às ações iniciadas, mas não finalizadas integralmente no período analisado; e o indicador de Atividades Não Conformes corresponde às ações que não foram executadas dentro do prazo previsto ou não foram atingiram o indicador proposto.

A análise comparativa entre o planejado e o executado foi apoiada por recursos de inteligência artificial na organização e sistematização dos dados coletados, especialmente na na organização das informações provenientes dos documentos institucionais e dos questionários e no auxílio do cálculo dos índices de conformidade, conforme a Resolução CONSUNI 157/2025 (UFDFPar, 2025).

Tal sistematização possibilitou avaliar objetivamente a efetividade do PLS no alcance das metas institucionais de sustentabilidade, contribuindo para decisões gerenciais mais precisas, aprimoramento das estratégias adotadas, maior eficiência na gestão dos recursos públicos e transparência na prestação de contas à sociedade (Fischmann e Zilber, 2000).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Resultados

O PLS da UFDFPar é estruturado em torno de um diagnóstico inicial das práticas existentes, seguido pelo desenvolvimento de ações específicas, a execução dessas ações e um monitoramento contínuo, formando um ciclo de planejamento, ação e revisão que permite à instituição adaptar suas estratégias quando necessário, assegurando melhorias contínuas (UFDFPar, 2024).

As 26 atividades selecionadas foram distribuídas conforme a pró-reitoria responsável por sua execução, sendo organizadas em quadros distintos, Ressalta-se que algumas atividades são de responsabilidade conjunta de mais de uma unidade, podendo, portanto, aparecer mais de uma vez.

O Quadro 1 apresenta as ações atribuídas à Pró-Reitoria de Administração (PRAD) no PLS da UFDFPar, concentradas em eixos voltados à gestão administrativa, capacitação dos servidores, aperfeiçoamento do uso dos recursos e reforço da sustentabilidade da instituição. Essas ações correspondem a 12 das 26 atividades analisadas no recorte metodológico, representando 46,2% do total considerado para esta pesquisa.

Quadro 1: Distribuição simplificada das atividades atribuídas à PRAD pelo PLS e seu status de conformidade

META NO PLS	OBJETIVO	INDICADOR	STATUS
1	Formular e implementar uma política interna de acompanhamento da elaboração, consolidação e execução do Plano de Contratações Anuais no âmbito da UFDPAr.	Número de Políticas de Compras Elaboradas/Aprovadas.	Conforme
3	Elaborar uma política de controle de estoque para garantir uma gestão eficiente, eficaz, efetiva e sustentável dos materiais e insumos na UFDPAr.	(Número de unidades com a política implementada / Número total de unidades) x 100.	Conforme
4	Desenvolver e implementar uma política institucional de compras que priorize o planejamento, monitoramento e avaliação.	Número de política de Compras; Percentual de POP implementados = (Número de POPs implementados relacionados às compras / Número total de POPs relacionados à política de compras) x 100	Conforme
5	Reduzir o consumo de resmas de papel A4.	(Consumo de folhas A4 em setembro de 2025 – Consumo de folhas A4 em outubro de 2024) / Consumo de folhas A4 em outubro de 2024] x 100.	Concluído Parcialmente
6	Elaborar uma política de gestão de bens móveis da UFDPAr.	Percentual de conclusão dos documentos da política: (Número de documentos da política de bens móveis elaborados) / Total de documentos necessários para a conclusão da política de bens móveis.	Conforme
11	Implementar política sobre a utilização dos espaços para promover a efetividade, a segurança e a acessibilidade.	Número de espaços subutilizados diagnosticados.	Concluído Parcialmente
13	Fomentar a ocupação racional dos espaços físicos disponíveis para locação na instituição	Percentual de espaços físicos ociosos locados = (Área total dos espaços ociosos locados / Área total dos espaços ociosos disponíveis) x 100.	Concluído Parcialmente
19	Promover o uso sustentável de folhas de papel A4 na UFDPAr.	Percentual de folhas de papel A4 recicladas = (Número de resmas de folhas de papel A4 recicladas utilizadas / Número total de resmas de folhas de papel A4	Conforme

		utilizadas) x 100	
33	Promover, no âmbito da UFDPAr, o desenvolvimento do mercado local ou regional.	(Número de etapas concluídas na elaboração da política sobre desenvolvimento sustentável local ou regional/ Número total de etapas planejadas da política sobre desenvolvimento sustentável local ou regional) x 100	Concluído Parcialmente
34	Capacitar os servidores que se envolvem em licitações	(Número de servidores capacitados em boas práticas de sustentabilidade da DA/PRAD / Total de servidores da DA/PRAD) x 100.	Conforme
35	Promover o consumo, no âmbito da UFDPAr, de bens e serviços que utilizam materiais reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.	(Número de etapas concluídas na elaboração da política de incentivo ao consumo de bens e serviços que utilizem materiais reciclados, recicláveis ou biodegradáveis / Número total de etapas planejadas da política de incentivo ao consumo de bens e serviços que utilizem materiais reciclados, recicláveis ou biodegradáveis) x 100.	Concluído Parcialmente
41	Reduzir o consumo de copos descartáveis.	(Quantidade de copos descartáveis consumidos em setembro de 2025 - Quantidade de copos descartáveis consumidos em outubro de 2024 / Quantidade de copos descartáveis consumidos em setembro de 2025) x 100.	Conforme

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PLS, 2024.

Ao tratar da dimensão ambiental, busca-se incentivar uma gestão pautada no uso consciente dos recursos e na valorização das pessoas, promovendo um desenvolvimento justo, inclusivo e sustentável para o presente e o futuro (Geraldo e Pinto, 2025). As iniciativas expostas no Quadro 1 incluem desde a formulação de políticas de compras e contratações até a racionalização do uso de materiais e espaços físicos, evidenciando o papel estratégico da unidade na promoção de uma gestão pública mais eficiente e sustentável.

Entre as 12 ações analisadas, 58,3% foram classificadas como “Conforme”, executadas integralmente em consonância com o planejado,

abrangendo a gestão de contratações e estoques, compras sustentáveis, capacitação de servidores, além da redução do uso de copos descartáveis e papel A4.

A taxa de ações “Concluídas parcialmente”, de acordo com o questionário aplicado, alcança 41,66%, estando parte das ações dentro do prazo de execução e outras com prazos ajustados. Entre elas, estão a redução do consumo de papel, a política de uso de espaços, o fomento à ocupação racional de áreas, o incentivo ao uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis e o estímulo ao mercado local.

O Quadro 2 apresenta as ações destinadas à Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) dentro do PLS da UFDPAr. Essas atividades englobam iniciativas voltadas ao fortalecimento da gestão administrativa, da infraestrutura e da sustentabilidade institucional, totalizando 6 das 26 atividades selecionadas para análise, o equivalente a 23,1% da amostra considerada no estudo.

Quadro 2: Distribuição simplificada das atividades atribuídas à PROPLAN pelo PLS e seu status de conformidade.

META NO PLS	OBJETIVO	INDICADOR	STATUS
1	Formular e implementar uma política interna de acompanhamento da elaboração, consolidação e execução do Plano de Contratações Anuais no âmbito da UFDPAr.	Número de Políticas de Compras Elaboradas/Aprovadas.	Conforme
3	Elaborar uma política de Governança Ambiental da UFDPAr.	(Número de unidades com a política implementada / Número total de unidades) x 100.	Concluído Parcialmente
11	Implementar política sobre a utilização dos espaços para promover a efetividade, a segurança e a acessibilidade.	Número de espaços subutilizados diagnosticados.	Concluído Parcialmente
12	Aumentar e monitorar a área verde plantada na universidade, assegurando sua conservação e expansão.	(Número de espaços verdes monitorados em setembro de 2025 - Número de espaços verdes monitorados em outubro de 2024 / Número de espaços verdes monitorados em outubro de 2024) x 100.	Conforme
13	Fomentar a ocupação racional dos espaços físicos disponíveis para locação na instituição	Percentual de espaços físicos ociosos locados = (Área total dos espaços	Concluído Parcialmente

		ociosos locados / Área total dos espaços ociosos disponíveis) x 100.	
34	Capacitar os servidores que se envolvem em licitações	(Número de servidores capacitados em boas práticas de sustentabilidade da DA/PRAD / Total de servidores da DA/PRAD) x 100.	Conforme

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PLS, 2024.

De acordo com os dados coletados por meio do questionário aplicado, se sobressaem no Quadro 2, a elaboração e execução de uma política interna para acompanhamento do Plano Anual de Contratações, bem como a ampliação e monitoramento das áreas verdes plantadas, ambas consideradas “Conforme”.

Salienta-se a relevância de promover a conscientização e a qualificação contínua dos servidores, visando otimizar os processos e a eficiência das atividades institucionais, conforme dispõe a Portaria nº 326/2020. Logo, a capacitação dos servidores envolvidos em processos licitatórios foi avaliada como alinhada ao previsto no plano.

Também foram identificadas atividades com execução parcial, compondo 50% do total proposto à Pró-Reitoria, como por exemplo, a formulação da Política de Governança Ambiental, a implementação de diretrizes para uso dos espaços e o incentivo à ocupação racional das áreas físicas disponíveis para locação. De forma ampla, nota-se que a PROPLAN cumpriu a maior parte de suas ações conforme planejado, embora algumas delas estejam em fase de desenvolvimento.

O Quadro 3 apresenta as ações atribuídas à Prefeitura Universitária (PREUNI) no Plano de Logística Sustentável da UFDPAr, concentradas em iniciativas voltadas à gestão ambiental, ao aproveitamento dos espaços institucionais e à promoção da conscientização socioambiental na comunidade acadêmica. No recorte adotado para esta pesquisa, essas ações correspondem a 6 das 26 atividades analisadas, representando 23,1% do conjunto examinado.

Quadro 3: Distribuição simplificada das atividades atribuídas à PREUNI pelo PLS e seu status de conformidade.

META NO PLS	OBJETIVO	INDICADOR	STATUS
2	Elaborar um programa de coleta seletiva na UFDPAr	Número de documentos do programa de coleta seletiva elaborados / Total de documentos necessários para a conclusão do programa.	Não Conforme
3	Elaborar uma política de Governança Ambiental da UFDPAr.	(Número de unidades com a política implementada / Número total de unidades) x 100.	Concluída Parcialmente
11	Implementar política sobre a utilização dos espaços para promover a efetividade, a segurança e a acessibilidade.	Número de espaços subutilizados diagnosticados.	Concluída Parcialmente
12	Aumentar e monitorar a área verde plantada na universidade, assegurando sua conservação e expansão.	(Número de espaços verdes monitorados em setembro de 2025-Número de espaços verdes monitorados em outubro de 2024/ Número de espaços verdes monitorados em outubro de 2024) x 100.	Conforme
15	Elaborar uma Política de Combate a incêndio.	Percentual de conclusão dos documentos da política: (Número de documentos concluídos relacionados à política de combate a incêndio / Total de documentos necessários para a conclusão da política de combate a incêndio).	Não Conforme
42	Aumentar a conscientização socioambiental na comunidade acadêmica da UFDPAr.	Número de ações de educação socioambiental realizadas.	Concluída Parcialmente

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PLS, 2024.

As instituições de ensino devem atuar como ambientes sustentáveis, promovendo a instrução sobre práticas sustentáveis e articulando de forma integrada currículo, gestão e infraestrutura, de modo a se tornarem referência para a comunidade (Brasil, 2012). Nesse contexto, com base no questionário aplicado, observa-se no Quadro 3 que a ação de ampliar e monitorar a área verde plantada na universidade encontra-se conforme, evidenciando o cumprimento efetivo dessa iniciativa.

Foi verificado que 50% das ações atribuídas PREUNI foram concluídas parcialmente, incluindo a elaboração de políticas de governança ambiental, a

implementação de diretrizes para o uso dos espaços e o aumento da conscientização socioambiental. Essas iniciativas, portanto, se encontram em processo de execução.

As iniciativas voltadas à criação de um programa de coleta seletiva e à implementação de uma política de prevenção e combate a incêndios, que em conjunto representam 33,3%, foram catalogadas como não conforme; contudo, apresentam ajustes estratégicos que visam garantir a efetividade e a sustentabilidade das iniciativas, contando com um prazo estendido que possibilita uma gestão mais criteriosa, o adequado alinhamento dos recursos disponíveis e a organização das etapas necessárias à implementação das ações, conforme resposta do questionário.

O Quadro 4 apresenta as ações da Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC) voltadas à modernização, digitalização e integração dos sistemas institucionais, com o objetivo de otimizar processos, facilitar o acesso às informações e ampliar a eficiência operacional da instituição. Essas iniciativas abrangem 8 das 26 atividades consideradas na análise, correspondendo a 30,8% do conjunto avaliado na pesquisa.

Quadro 4: Distribuição simplificada das atividades atribuídas à PROTIC pelo PLS e seu status de conformidade.

META NO PLS	OBJETIVO	INDICADOR	STATUS
20	Criar e implementar um aplicativo de vendas de fichas de alimentação online para toda a comunidade acadêmica da UFDPAr.	Percentual de demandantes de fichas do RU utilizando o aplicativo de vendas de fichas de alimentação online = $(\text{Número de demandantes de fichas utilizando o aplicativo} / \text{Número total de demandantes de fichas}) \times 100$.	Conforme
21	Criar e implementar um Sistema de Benefício Estudantil online para toda a comunidade acadêmica da UFDPAr.	Percentual de demandantes de benefício estudantil online = $(\text{Número de demandantes de beneficiados utilizando o sistema} / \text{Número total de demandantes de benefício}) \times 100$.	Conforme
22	Criar e implementar a assinatura eletrônica nos documentos da Central de Serviços da UFDPAr.	Percentual de assinaturas realizadas digitalmente = $(\text{Número de docuemntos})$	Conforme

		assinados digitalmente no sistema / Número total de documentos assinados) x 100.	
24	Criar e implementar o aplicativo Minha UFDPAr para pagamento com PIX referente a biblioteca.	Percentual de pagamentos realizados digitalmente na biblioteca = (Número de pagamentos realizados digitalmente na biblioteca / Número total de pagamentos na biblioteca) x 100.	Conforme
25	Criar o Sistema de Indicadores Acadêmicos Inteligente para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).	Percentual do tempo gasto pelos demandantes que preparam os indicadores = (Número de demandantes que preparam os indicadores / Número total de demandantes) x 100	Status Não Identificado
26	Implantar os seguintes Sistemas Integrados de Gestão e seus orbitais: 1) Sistema administrativo, 2) Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), 3) Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) e o 4) Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA).	Percentual de implantações dos SIGs = (Número de SIGs implantados / Número total de SIGs) x 100.	Concluído Parcialmente
40	Tornar 100% dos sítios eletrônicos da UFDPAr acessíveis.	Percentual de páginas acessíveis = (Número de páginas acessíveis / Número total de páginas) x 100.	Conforme
41	Reduzir o consumo de copos descartáveis.	(Quantidade de copos descartáveis consumidos em setembro de 2025 - Quantidade de copos descartáveis consumidos em outubro de 2024 / Quantidade de copos descartáveis consumidos em setembro de 2025) x 100.	Conforme

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PLS, 2024.

As organizações devem gerenciar as informações de maneira estratégica, de forma que, com a ajuda da inovação, consigam convertê-las em ganhos competitivos. (Alves e Duarte, 2015). Entre essas iniciativas expostas no Quadro 4, destacam-se o desenvolvimento e a implantação do aplicativo para comercialização de fichas de alimentação online, do Sistema de Benefício Estudantil e do aplicativo "Minha UFDPAr", que possibilita o pagamento via PIX e

a implementação da assinatura eletrônica nos documentos da Central de Serviços, todas classificadas como em conformidade.

A unidade incluiu ainda o desenvolvimento do Sistema de Indicadores Acadêmicos Inteligente para a PRAE, cujo status no momento da pesquisa não estava disponível, e a implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIGs), classificada como concluída parcialmente devido não ter sido identificada a conclusão da implantação de todos os sistemas listados no objetivo. Além dessas ações, constam a garantia de acessibilidade das informações nos sítios eletrônicos institucionais e a redução do consumo de copos descartáveis, ambas com status conforme.

Ressalta-se que, com exceção da atividade voltada à redução do consumo de copos descartáveis, compartilhada com a Pró-Reitoria de Administração (PRAD) e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), 87,5% das ações apresentadas no quadro eram de responsabilidade exclusiva da PROTIC. Com uma taxa de conformidade em

O Quadro 5 expõe as ações de responsabilidade da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPOPI), voltadas à gestão e ao uso eficiente dos espaços institucionais, bem como à promoção da conscientização socioambiental entre os membros da comunidade acadêmica no PLS da UFDPAr. Tais ações representam 2 das 26 atividades contempladas na análise, equivalendo a 7,7% do total examinado na pesquisa.

Quadro 5: Distribuição simplificada das atividades atribuídas atribuídas à PROPOPI pelo PLS e seu status de conformidade.

META NO PLS	OBJETIVO	INDICADOR	STATUS
11	Implementar política sobre a utilização dos espaços para promover a efetividade, a segurança e a acessibilidade.	Número de espaços subutilizados diagnosticados.	Concluído Parcialmente
42	Aumentar a conscientização socioambiental na comunidade acadêmica da UFDPAr.	Número de ações de educação socioambiental realizadas.	Concluído Parcialmente

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PLS, 2024.

Em consonância com o Quadro 5, a primeira iniciativa diz respeito à formulação e implementação de uma política para utilização dos ambientes da

universidade, considerando critérios de organização, segurança e acessibilidade. Já a segunda busca ampliar o engajamento da comunidade com práticas sustentáveis e atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente.

Ademais, 100% das ações foram classificadas como parcialmente concluídas, com base nas informações obtidas por meio do questionário aplicado e do Painel de Objetivos e Metas de 2024.

O Quadro 6 apresenta, no âmbito do PLS, as ações da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) voltadas à otimização dos espaços institucionais e à promoção da conscientização socioambiental. Essas iniciativas correspondem a 2 das 26 atividades incluídas no recorte analítico, o que representa 7,7% das ações consideradas no estudo.

Quadro 6: Distribuição simplificada das atividades atribuídas à PREG pelo PLS e seu status de conformidade.

META NO PLS	OBJETIVO	INDICADOR	STATUS
11	Implementar política sobre a utilização dos espaços para promover a efetividade, a segurança e a acessibilidade.	Número de espaços subutilizados diagnosticados.	Concluído Parcialmente
42	Aumentar a conscientização socioambiental na comunidade acadêmica da UFDPAr.	Número de ações de educação socioambiental realizadas.	Concluído Parcialmente

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PLS, 2024.

O Quadro 6 apresenta as atividades nas quais a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PREG) participou no PLS da UFDPAr. A unidade esteve envolvida em duas ações, a primeira a implementação de uma política voltada ao uso dos espaços, com foco na organização, segurança e acessibilidade, e a ação destinada a ampliar a conscientização socioambiental, ambas registradas como “Concluído Parcialmente”.

O Quadro 7 contempla quatro ações atribuídas à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), com foco em aprimorar a gestão institucional, promover a capacitação de servidores e fortalecer práticas sustentáveis. No recorte adotado para a pesquisa, essas iniciativas correspondem a 4 das 26 atividades analisadas, representando 15,4% das ações consideradas.

Quadro 7: Distribuição simplificada das atividades atribuídas à PROGEP pelo PLS e seu status de conformidade.

META NO PLS	OBJETIVO	INDICADOR	STATUS
14	Implementar um Programa de Gestão e Desempenho (PGD) na UFDFPar para melhoria de desempenho institucional no serviço público, com foco na vinculação entre o trabalho dos participantes, as entregas das unidades e as estratégias organizacionais.	Percentual de unidades com o PGD implementado = (Número de unidades com PGD implementado / Número total de unidades) x 100.	Conforme
34	Capacitar os servidores que se envolvem em licitações	(Número de servidores capacitados em boas práticas de sustentabilidade da DA/PRAD / Total de servidores da DA/PRAD) x 100.	Conforme
41	Reduzir o consumo de copos descartáveis.	(Quantidade de copos descartáveis consumidos em setembro de 2025 - Quantidade de copos descartáveis consumidos em outubro de 2024 / Quantidade de copos descartáveis consumidos em setembro de 2025) x 100.	Conforme
42	Aumentar a conscientização socioambiental na comunidade acadêmica da UFDFPar.	Número de ações de educação socioambiental realizadas.	Concluída Parcialmente

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PLS, 2024.

Considerando a relevância atual de reduzir os impactos ambientais e incentivar gestões que conciliam a diminuição dos efeitos poluentes à sensibilização da comunidade, destacam-se práticas administrativas voltadas à conscientização coletiva e ao uso responsável dos recursos naturais (Neves, Lira e Moura, 2024)

Dentre as iniciativas apresentadas no Quadro 7, 75% foram classificadas como "conformes" e 25% como "concluída parcialmente". A implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), única ação de responsabilidade exclusiva da unidade, foi registrada como Conforme, indicando que as etapas previstas foram executadas conforme o planejado. As atividades relacionadas à capacitação dos servidores envolvidos em licitações e à redução do consumo de copos descartáveis também apresentaram conformidade, demonstrando alinhamento às metas estabelecidas no PLS.

A ação voltada à promoção da conscientização socioambiental na comunidade acadêmica foi classificada como “concluída parcialmente”, conforme o Painel de Objetivos e Metas de 2024, uma vez que, durante o período da pesquisa, os relatórios oficiais de 2025 estavam em fase de elaboração. De modo geral, os dados evidenciam um cenário majoritariamente favorável, no qual a maior parte das ações foi implementada conforme o planejado.

O Quadro 8 apresenta a atuação conjunta da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREX) na execução da atividade que lhes foi atribuída pelo PLS. Essa participação corresponde a 1 das 26 atividades incluídas na análise, equivalente a 3,8% do recorte considerado na pesquisa.

Quadro 8: Distribuição simplificada das atividades atribuídas à PRAE e PREX pelo PLS e seu status de conformidade.

META NO PLS	OBJETIVO	INDICADOR	STATUS
42	Aumentar a conscientização socioambiental na comunidade acadêmica da UFDPAr.	Número de ações de educação socioambiental realizadas.	Concluído Parcialmente

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PLS, 2024.

Com base nas informações apresentadas no Quadro 8, verifica-se que a ação de número 42, voltada à promoção da conscientização socioambiental na comunidade acadêmica da UFDPAr, foi registrada como parcialmente concluída. Visto que durante o período de coleta e análise dos dados, as informações atualizadas sobre o andamento da atividade não estavam acessíveis, pois os relatórios correspondentes ainda se encontravam em fase de consolidação.

O Quadro 9 apresenta a ação sob responsabilidade da BCPCA no escopo do PLS da UFDPAr.

Quadro 9: Distribuição simplificada das atividades atribuídas à Biblioteca Central Professor Cândido Athayde (BCPCA) pelo PLS e seu status de conformidade.

META NO PLS	OBJETIVO	INDICADOR	STATUS
18	Aumentar a acessibilidade e a preservação dos trabalhos de conclusão de curso (TCCs) através da digitalização.	Percentual de TCCs em formato digital = (Número de TCCs digitais / Número total de TCCs) x 100.	Conforme

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PLS, 2024.

A BCPCA apresentou, conforme o Quadro 9, uma única atividade,

exclusiva da unidade: a digitalização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) anteriores a 2019, com a meta de disponibilizar 60% deles em formato digital. Estudos sobre preservação digital apontam que a implementação imediata de políticas específicas é a maneira mais eficaz de assegurar a conservação e o acesso contínuo a esses recursos informacionais ao longo do tempo. (Allerano, 2004). De acordo com o questionário aplicado, a atividade foi implementada em de acordo com o que havia sido estabelecido no PLS.

4.2 Interpretação dos Dados

A análise dos resultados obtidos busca responder à seguinte questão central: De que maneira os KPIs podem subsidiar a avaliação da implementação das metas estabelecidas pelo PLS da UFDPAr?

A partir da análise dos dados, verifica-se que 53,8% das ações (14 de 26) foram executadas integralmente conforme o previsto, enquanto 38,5% (10 ações) foram classificadas como parcialmente concluídas. Em menor proporção, 7,7% (2 ações) foram consideradas não conformes e 3,8% (1 ação) apresentou status não identificado. Esses resultados indicam que, embora a maioria das ações tenha sido concluída com êxito, ainda 42,3% das metas não atingiram sua execução plena, o que evidencia a necessidade de monitoramento contínuo e ajustes estratégicos.

Ao analisar comparativamente por unidade administrativa, observa-se variação relevante no desempenho entre os setores. A PRAD, responsável por 46,2% das ações (12 de 26), apresentou 58,3% de conformidade, superando a média geral de 53,8%, porém ainda com 41,7% de execução parcial, indicando que, apesar do bom desempenho, há concentração de ações em andamento. A PROPLAN, com 23,1% das ações, apresentou equilíbrio entre execução total e parcial, com 50% de ações conformes e 50% parcialmente concluídas, posicionando-se 3,8 pontos percentuais abaixo da média geral de conformidade, o que sugere maior dependência da finalização de etapas.

Em contrapartida, a PREUNI apresentou o cenário mais crítico, com apenas 16,7% de ações conformes (1 de 6), 50% parcialmente concluídas e 33,3% não conformes, sendo a unidade com maior taxa de não conformidade do estudo. Seu desempenho é 37,1 pontos percentuais inferior à média geral, evidenciando maior

necessidade de intervenção gerencial. Por outro lado, a PROTIC, responsável por 30,8% das ações, apresenta desempenho elevado, com 75% de conformidade (6 de 8), 12,5% parcialmente concluídas e 12,5% sem identificação, posicionando-se 21,2 pontos percentuais acima da média geral e destacando-se como uma das unidades com melhor execução proporcional.

De forma semelhante, a PROGEP também se sobressai, com 75% de conformidade e apenas 25% de execução parcial, sem registros de não conformidade. Já unidades como PROPOPI e PREG apresentaram 100% das ações como parcialmente concluídas, o que, embora indique avanço na execução, demonstra ausência de entregas finalizadas, situando-se abaixo do desempenho médio institucional. Por fim, a BCPCA apresentou 100% de conformidade (1 de 1), sendo a única unidade com execução integral total, embora com baixa representatividade na amostra, correspondente a 3,8% das ações analisadas.

Assim, os KPIs não apenas auxiliam no controle interno das ações a serem executadas, mas também funcionam como ferramentas de prestação de contas à comunidade acadêmica e à sociedade, contribuindo para a consolidação da governança ambiental na universidade.

Sob a perspectiva metodológica, verifica-se que o processo de levantamento, categorização e análise das ações do PLS já representa uma etapa inicial na criação de indicadores institucionais. Ao organizar e avaliar as metas, o estudo orienta a elaboração de futuros KPIs, ao mesmo tempo em que aponta oportunidades de aprimoramento no monitoramento das ações. Desse modo, ultrapassa a descrição das atividades e propõe a criação de um sistema de KPIs para aprimorar a avaliação da política de sustentabilidade da UFDPAr.

Por fim, compreende-se que os KPIs possuem um papel estratégico na institucionalização do PLS, pois permitem transformar dados dispersos em informações gerenciais úteis ao planejamento estratégico. Ao fornecer um diagnóstico contínuo do desempenho das metas, esses indicadores não apenas subsidiam o monitoramento da implementação, mas também contribuem para o aprimoramento do próprio planejamento sustentável da universidade. Em síntese, o uso de KPIs no contexto do PLS da UFDPAr possibilitaria a consolidação de uma cultura administrativa orientada por resultados, com maior eficiência,

transparência e compromisso com a sustentabilidade.

5. Conclusão (apresentar os percentuais)

Os KPIs desempenham um papel crítico na avaliação, planejamento e controle por meio do suporte à informação (Fallahnezhad; Langarizadeh, Vahabzadeh, 2024). A partir da interpretação e exame dos dados, infere-se que a aplicação de KPIs na análise do status de efetivação das metas do Plano de Logística Sustentável da UFDPAr tem desempenhado papel relevante no fortalecimento da gestão voltada à sustentabilidade e no aperfeiçoamento do monitoramento das ações institucionais. Verifica-se que os indicadores de desempenho possibilitam acompanhar o avanço das metas, promovendo decisões mais precisas e coerentes com os princípios de eficiência e responsabilidade socioambiental.

Paralelamente, os resultados indicam que a consolidação do uso dos KPIs ainda demanda progressos para assegurar uma mensuração mais abrangente e integrada das metas estabelecidas. Verificou-se que algumas iniciativas foram apenas parcialmente executadas ou necessitaram de prorrogação de prazos, o que ressalta a relevância de fortalecer os mecanismos de acompanhamento, uniformizar os registros e ampliar a integração entre as unidades responsáveis pela execução do PLS. Esses fatores reforçam que o emprego dos indicadores precisa ser continuamente aperfeiçoado, a fim de representar com maior exatidão o desempenho institucional.

Dessa forma, conclui-se que o aprimoramento do PLS na UFDPAr pode ser fortalecido pelo uso estratégico dos KPIs, aliado ao incentivo à capacitação técnica e ao desenvolvimento de uma cultura de avaliação entre gestores e servidores. O emprego dos indicadores favorece o aperfeiçoamento contínuo das ações de monitoramento e gestão, contribuindo tanto para o alcance das metas propostas quanto para a consolidação de uma administração pública mais transparente, sustentável e orientada por resultados.

Portanto, a utilização de KPIs no âmbito do PLS se mostra um instrumento promissor para o aprimoramento do planejamento, do controle e da melhoria contínua das ações institucionais, ainda que persistam desafios de natureza operacional e comunicacional a serem enfrentados. Ressalta-se, contudo, que

uma limitação da pesquisa decorre do fato de que algumas ações possuem prazos de execução até outubro de 2025, razão pela qual alguns relatórios ainda estavam em processo de conclusão. Os resultados obtidos constituem importantes subsídios para investigações futuras e para o aprimoramento de estratégias voltadas ao fortalecimento da sustentabilidade e da governança na administração pública universitária.

Referências

ALENCASTRO, M. A. C.; SILVA, E. V. da; LOPES, A. M. D. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência do Poder Executivo federal. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 1, p. 207–235, 2014.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122014000100009>. Acesso em: 10 set. 2025.

ALVES, C. A.; DUARTE, E. N. A relação entre a Ciência da Informação e a Ciência da Administração. **Transinformação**, v. 27, n. 1, p. 37–46, 2015.

Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/0103-37862015000100004>. Acesso em: 26 abr. 2025.

ANDRADE, D. G. de; FALK, J. A. Eficácia de sistemas de informação e percepção de mudança organizacional: um estudo de caso. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, n. 3, p. 53–84, 2001. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1415-65552001000300004>. Acesso em: 26 abr. 2025.

ARELLANO, M. A. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, p. 15–27, 2004. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S010019652004000200002>. Acesso em: 16 ago. 2025.

AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P. de; DELLAGNELO, E. H. L.; CARIO, S. A. F. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista**

de **Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 745–764, 2013. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400007>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jun. 2012, Seção 1, p. 70. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em:

15 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 79, p. 5-6, 25 abr. 2007. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2007/decreto/d6094.htm.

Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012**. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jun. 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm.

Acesso em: 05 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional

de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2010. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm.

Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018.** Cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e cria a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape), por desmembramento da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 abr. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13651.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1º abr. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 05 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/banco-de-precos/legislacao/lei-no-8-666-de-21-de-junho-de-1993.pdf/view>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. **Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.** Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-me-no-8-678-de-19->

[de-julho-de-2021](#). Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão. **Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021**. Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-me-no-8-678-de-19-de-julho-de-2021>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes-1/sistema-de-avaliacao-da-educacao-basica-saeb#:~:text=O%20que%20é%20o%20Saeb,o%20monitoramento%20das%20políticas%20públicas.%20Acesso%20em:%2012%20abr.%202025>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 342, de 21 de junho de 2021**. Aprova o Estatuto da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPPar). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2021, p. 78. Anexo: Estatuto da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPPar). Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Parnaiba/2021/Outros_Publicação/Estatuto_UFD_Par.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Aberta e de Capitalização (CRSNSP). **Indicadores de Desempenho**. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/orgaos->

[colegiados/crsnsp/aceso-a-informacao/indicadores-de-desempenho](#). Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Secretaria de Gestão e Inovação. Diretoria de Normas e Sistemas de Logística. **Plano diretor de logística sustentável: 2024**. Brasília, DF: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel/plano-diretor-logistica-sustentavel-ver1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria GM/MS nº 102, de 20 de janeiro de 2022**. Altera a Portaria GM/MS nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jan. 2022. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt0102_21_01_2022.html. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019**. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 nov. 2019. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979_13_11_2019.html. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020**. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (Programa A3P) e estabelece suas diretrizes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 2020, n. 141, Seção 1, p. 43. Disponível em:

<https://asmetro.org.br/portalsn/wp-content/uploads/2020/07/PORTARIA-Nº-326-DE-23-DE-JULHO-DE-2020-PORTARIA-Nº-326-DE-23-DE-JULHO-DE-2020-DOU-Imprensa-Nacional.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012.** Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 220, p. 113, 14 nov. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012.** Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e empresas estatais dependentes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 nov. 2012, n. 220, Seção 1, p. 113. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>. Acesso em: 11 out. 2025.

CALDONAZO, D.; DETRO, S. P.; ROSA, C. R. M.. Study for the identification and implementation of KPIs monitored by dashboards for an electrical discharge machining process in a metalworking industry. *Gestão & Produção*, v. 32, p. e5324, 2025.

CAMPOS, L. M. de S.; MELO, D. A. de. Indicadores de desempenho dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA): uma pesquisa teórica. *Production*, v. 18, n. 3, p. 540–555, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103->

[65132008000300010](https://doi.org/10.66104/ttesy014). Acesso em: 1 agos. 2025.

FALLAHNEZHAD, M., LANGARIZADEH, M. & VAHABZADEH, A. Indicadores-chave de desempenho da cadeia de suprimentos hospitalar: uma revisão sistemática. *BMC Health Serv Res* (2024). <https://doi.org/10.1186/s12913-024-11954-5>. Acesso em: 19 abr. 2025.

FERNANDES, M. N.; BARALE, R. F.; SANTOS, T. R. C.; COSTA, T. P. A.; JÚNIOR, S. G. Percepção de Efetividade Organizacional: construção e validação de uma medida do construto. *Rev. Psicol., Organ. Trab.*, v. 7, n. 2, p. 87-106, 2007. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v7n2/v7n2a07.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

FISCHMANN, A. A.; ZILBER, M. A. Utilização de Indicadores de Desempenho para a Tomada de Decisões Estratégicas: um Sistema de Controle. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 1, n. 1, p. 10–25, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-69712000/administracao.v1n1p10-25>. Acesso em: 10 set. 2025.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. de S. A gestão de sustentabilidade na perspectiva dos bibliotecários dos Tribunais Regionais Federais. *Em Questão*, v. 31, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.139855>. Acesso em: 19 set. 2025.

GRATERON, I. R. G. Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. *Caderno de Estudos*, n. 21, p. 1–18, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-92511999000200002>. Acesso em: 19 set. 2025.

MERCHANT, K. A. Measuring general managers' performances: Market, accounting and combination-of-measures systems. *Accounting, Auditing &*

Accountability Journal, v. 19, n. 6, p. 893-917, 2006. Disponível em:

<https://doi.org/10.1108/09513570610709917>. Acesso em: 3 set. 2025.

NASCIMENTO, S. do; BORTOLUZZI, S. C.; DUTRA, A.; ENSSLIN, S. R.

Mapeamento

dos indicadores de desempenho organizacional em pesquisas da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo no período de 2000 a 2008. **Revista de Administração**, v. 46, n. 4, p. 373–391, 2011. Disponível em:

<https://doi.org/10.5700/rausp1018>. Acesso em: 13 jun. 2025.

NEVES, G. R.; LIRA, R. A.; MOURA, M. Á. P. Agenda ambiental na administração pública: análise da sensibilização e capacitação dos colaboradores da UFDPAr.

ARACÊ, v. 7, n. 5, p. 24269–24281, 2025. Disponível em:

<https://doi.org/10.56238/arev7n5-190>. Acesso em: 21 set. 2025.

OLIVEIRA, B. G.; LIBONI, L. B. Proposta de indicador de eficiência da gestão pública municipal em promover desenvolvimento local. **Interações**, v. 20, n. 3, p. 815–830, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1831>. Acesso em: 13 jun. 2025.

OLIVEIRA, G. C. de; DIAS, F. H. A importância da análise de indicadores de desempenho dentro do processo produtivo. **Interface Tecnológica**, v. 20, n. 1, p. 645–656, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31510/infa.v20i1.1646>. Acesso em: 15 ago. 2025.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L.M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>. Acesso em: 31 maio 2025.

ROZA, J. L. da S.; NUNES, I. M. G.; DUARTE, K. C. S. da S.; SANTIAGO, A. M. dos S.; SANTOS, M. H. P. dos. Sustentabilidade em Instituições Federais de

Ensino Superior do Consórcio Pernambuco Universitatis: A3P e práticas afins. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 17, n. 66, p. 78–95, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/idonline.v17i66.3765>. Acesso em: 31 maio 2025.

SILVA, B. J. B.; FRANÇA, J. M. F. de; MAIA, A. C. N.; SILVA, T. da S. G. da. Indicadores na gestão pública brasileira: uma série histórica de 1995–2018. **Revista Eletrônica Multidisciplinar UNIFACEAR**, v. 2, n. 9, p. 1–13, 2020. Disponível em: <https://revista.unifacear.edu.br/rem/article/view/472/464>. Acesso em: 2 maio 2025.

SILVA, C. R. M. da; CRISÓSTOMO, V. L. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, p. 791–801, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220180234>. Acesso em: 2 maio 2025.

SILVEIRA, N. G.; BORNIA, A. C. Uma revisão de literatura sobre indicadores de desempenho em instituições de ensino superior. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 1, p. 1152–1172, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i1.3207>. Acesso em: 1 abr. 2025.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529–550, maio 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300005>. Acesso em: 21 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. Conselho Universitário. **Resolução CONSUNI nº 157, de 23 de abril de 2025**. Dispõe sobre a Política do Uso de Inteligência Artificial no âmbito da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Parnaíba, PI, 2025. Disponível em: <https://ufdpar.edu.br/ufdpar/RESOLUOCONSUMIN157DE23DEABRILDE2025.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. Conselho Universitário (CONSUNI). **Resolução CONSUNI nº 75, de 29 de abril de 2024.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, referente ao período de 2024-2028. Parnaíba, PI, 2024. Disponível em: <https://ufdpar.edu.br/reitoria/reitoria-1/documentos/resolucoes/resolucoes-consuni/2024/RESOLUOCONSUNIn75DE29DEABRILDE2024.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA. Conselho Universitário (CONSUNI). **Resolução CONSUNI nº 87, de 13 de setembro de 2024.** Aprova o Plano Diretor de Logística Sustentável da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (PLS/UFDPar 2024-2026). Parnaíba, PI, 2024. Disponível em: https://ufdpar.edu.br/reitoria/reitoria-1/documentos/resolucoes/resolucoes-consuni/2024/RESOLUOCONSUNIn87DE13DESETEMBRODE2024_PLSeFicha.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.